

Aliança quer votar primeiro sistema e mandato

BRASÍLIA — A cúpula da Aliança Democrática decidiu ontem sugerir ao Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que a votação do substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) comece pelo sistema de governo e pelo mandato presidencial. O Presidente da Constituinte e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães (SP), argumentou, em defesa da proposta encaminhada pelo Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), que muitas questões dependem da definição do sistema de Governo.

A reunião com a cúpula da Aliança, que durou quase três horas, foi convocada pelo Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE). Logo no início, ele defendeu a busca do entendimento entre os dois partidos até nos pontos mais polêmicos. Propôs ainda que, numa segunda fase, sejam aparadas as arestas existentes na Aliança Democrática.

Estiveram também presentes, pelo PFL, os Líderes na Câmara, José Lourenço (BA), e no Senado, Carlos Chiarelli (RS), e o Secretário Geral do partido, Saulo Queiroz (MS). Pelo PMDB, além do Presidente Ulysses Guimarães, compareceram os Líderes na Câmara, Luís Henrique (SC), no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), na Constituinte, Mário Covas (SP), e do Governo, Carlos Sant'Anna (BA).

A proposta de entendimento foi apoiada por todos os participantes, tendo o Deputado Ulysses Guimarães destacado que, na condição de Presidente da Constituinte, tentaria promover acordos com os demais partidos. Covas apoiou o entendimento, mas chamou a atenção para a exiguidade de tempo para conversas — seis dias para se tomar conhecimento do substitutivo de Cabral e apresentar emendas.

Segundo Carlos Sant'Anna, houve



Na reunião da Aliança, Ulysses e Sant'Anna procuram o entendimento

consenso sobre a necessidade de manutenção da Aliança Democrática a nível nacional. Mas não se aprofundou a discussão sobre as bases de entendimento depois de promulgada a nova Carta.

O Senador Marco Maciel considerou o sistema de governo o ponto mais polêmico. Disse aos jornalistas que existem dificuldades de entendimento, ainda, em questões como reforma agrária, comunicações, anistia e estabilidade.

Para Covas, os pontos mais controversos são o mandato do Presidente Sarney, o sistema de governo, voto distrital e imissão de posse, no capítulo da reforma agrária.

Durante a reunião, o Senador Fernando Henrique, que trabalhou junto com o Bernardo Cabral na elaboração do substitutivo, fez um relato dos pontos que foram negociados e

deixou claro que o sistema de governo proposto no anteprojeto foi pessoalmente definido pelo Relator.

O Deputado Ulysses Guimarães pouco falou durante a reunião. Na sua exposição, defendeu a necessidade de uma Constituinte que represente avanços e esteja à altura dos anseios da sociedade.

Após o encontro, o Senador Marco Maciel, em entrevista, defendeu enfaticamente o sistema presidencialista, que, segundo afirmou, tem o apoio da maioria dos constituintes. Conforme seu raciocínio, muitos parlamentares chegaram à constituinte defendendo o parlamentarismo como forma de fortalecimento do legislativo; agora, mudaram de opinião e entendem que também com o presidencialismo é possível ampliar os poderes do Congresso.

Texto entregue não foi ainda impresso

BRASÍLIA — “O documento é obra e fruto de uma grande maioria dos constituintes”. A afirmação foi feita ontem pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, ao entregar ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, o anteprojeto de Constituição que vinha preparando nas últimas semanas.

A entrega, às 17 horas, no gabinete de Ulysses Guimarães, foi informal, já que o texto não estava ainda impresso em virtude de acertos e retoques feitos até pouco antes. Acharam-se presentes os relatores adjuntos e os parlamentares que auxiliaram o Relator. Cabral fez questão de frisar que não havia qualquer tom pessoal, de grupos ou pessoas no documento. “Ninguém conseguiu impor o seu texto”, afirmou. Disse, entretanto, que procurou ouvir todos os segmentos e correntes sociais.

O Relator pediu desculpas aos constituintes que não tenham entendido o seu trabalho de sistematização e esclareceu que ele não é final, já que receberá emendas a partir de amanhã.

— A função de relator é árdua e sujeita a críticas — disse Ulysses Guimarães após receber o anteprojeto. Lembrando que já foi relator do Código Civil Brasileiro e do Código Eleitoral, ele frisou ser “muito difícil escrever pelos outros”. Elogiou o esforço feito por Bernardo Cabral, tanto pelo número de horas dedicadas ao trabalho, quanto pela boa-vontade com que ouviu a todos. E, depois de aludir à emendas populares que o Relator terá de examinar, concluiu:

— Pelo menos em trabalho não estamos decepcionando.

Cabral espera que História lhe faça justiça e destaca o ‘espírito cívico’

BRASÍLIA — “Espero que um dia a História me faça justiça”. O desabafo é do Relator Bernardo Cabral, após entregar ontem seu substitutivo ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Cabral disse que não pretende responder às críticas que vem recebendo do Governo e de outros setores. O Relator afirmou a parlamentares que o cercavam que foi preciso “muito espírito cívico” para colocar determinados dispositivos no projeto, pois “o ideal é agradar a todo mundo”.

Inicialmente favorável à adoção do parlamentarismo apenas a partir do próximo mandato presidencial, Cabral foi pressionado por setores do PMDB para estabelecer o prazo de 120 dias após a promulgação da nova Carta, para entrar em vigor o novo sistema de governo. O Relator explicou sua terceira decisão sobre o assunto, a de não colocar data no substitutivo:

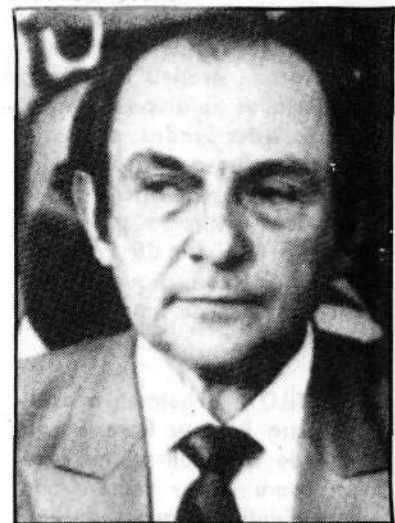
— Soube que algumas lideranças insatisfeitas iriam obstruir a votação na Comissão de Sistematização. A data seria desrespeitada. Então, agora vai ser a data que a Comissão decidirá.

Sobre a possibilidade de alterar seu substitutivo até o dia 10, quando terá de reapresentá-lo, Cabral foi evasivo:

— Depende das emendas que virão. Entendo que estas emendas deverão aprimorar o texto.

Queixando-se do trabalho ininterrupto dos últimos dias, o Relator negou veementemente a acusação de que tenha negociado com setores fora da Constituinte a inclusão de alguns dispositivos, como a anistia para os militares.

— O Ministro do Exército, Leôni-



Cabral não vai rebater as críticas

das Pires Gonçalves, é meu amigo, mas não é constituinte. Tenho que dar satisfação é aos constituintes.

Indagado se o Ministro concordou com a fórmula proposta, respondeu: — Ele só vai concordar ou não quando tomar conhecimento.

Cabral rebateu ainda a crítica dos partidos de esquerda, que se sentiram aliçados da discussão do substitutivo: houve aí uma “divergência de interpretação”, pois ouviu todos que o procuraram em seu local de trabalho, “sem convidar alguém especialmente”.

Perguntado se a primeira versão do substitutivo era um “balão de ensaio”, respondeu: — Este é o texto que o Relator encontrou na média ponderada dos constituintes. Os constituintes é que dirão como será o futuro texto, com suas emendas.

Ulysses acha que não há votos para aprovar a emenda parlamentarista

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, segundo seus amigos, está convicto de que não existem parlamentaristas suficientes no PMDB para aprovar o novo sistema. Ulysses conta com uma projeção dos partidos que lhe dá a certeza da vitória do presidencialismo sobre o parlamentarismo: os defensores do parlamentarismo em todos os partidos, à exceção do PMDB, chegam no máximo a 60. O PMDB, portanto, precisaria contribuir com 220 votos para garantir a adoção do sistema no País (que, para ser aprovado, necessita de 280 votos). Mas, mesmo assim, está aguardando o resultado de uma pesquisa dentro do partido.

Ulysses tem afirmado que a defesa do presidencialismo está crescendo

na Constituinte. O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, tem a mesma impressão.

— Os presidencialistas agora estão botando o nariz de fora — explica.

Segundo um constituinte do PMDB, num determinado momento da Constituinte ser a favor do parlamentarismo significava advertir o Governo — porque o Presidente Sarney declarara-se a favor do presidencialismo.

O Deputado Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), que chegou à Constituinte defendendo o parlamentarismo, hoje garante que é presidencialista.

— Depois que conheci isto aqui, sou presidencialista — justificou.

O jurista Miguel Reale Júnior, que

tem assessorado Ulysses durante a Constituinte, garante que o parlamentarismo será “fragorosamente derrotado”. Em sua opinião, as bancadas do PMDB que darão peso à votação pelo presidencialismo são as do Rio, São Paulo e Minas.

Mas foi contestado pelo Deputado Robson Marinho (PMDB-SP):

— Em São Paulo, o resultado deve ser de 20 votos a 11 para o parlamentarismo. E olha que sou presidencialista.

Neste momento, chegavam ao gabinete de Ulysses sete constituintes da Bahia, todos parlamentaristas. Isso valeu um comentário do Senador Luís Viana Filho (PMDB-BA):

— Só não há mais votos parlamentaristas porque não há outros constituintes da Bahia aqui.

Governo vai esperar novo substitutivo

BRASÍLIA — O Porta-Voz da Presidência da República, Frota Neto, disse, ontem que o substitutivo do Relator Bernardo Cabral, propondo o parlamentarismo, “beneficia uma posição não reconhecida como majoritária dentro da Constituinte”. Afirmou que o Governo aguardará até o próximo dia sete — quando um novo anteprojeto será apresentado pelo Relator — para influir sobre os membros da Comissão e apresentar emendas.

Frota Neto disse que o Governo vai cobrar o apoio da Aliança Democrática para a defesa do presidencialismo, embora descarte o método fisiológico:

— O Governo, como um todo, deve se colocar dentro da posição defendida publicamente pelo Presidente da República. O pressuposto é de que há sintonia entre a ação do Governo e o pensamento de sua base de sustentação.

Aluizio apóia mudança só após Sarney

NATAL — O Ministro da Administração, Aluizio Alves, disse ontem que é parlamentarista desde 1946, mas considera natural a decisão do Presidente Sarney de apelar aos constituintes para que votem pelo sistema presidencialista de governo:

— Cada um tem a sua convicção e é natural que o Presidente tome essa posição. De minha parte, defendo o parlamentarismo para o próximo governo, respeitando o mandato do Presidente José Sarney.

Quanto à acusação do Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), de que o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) estaria sendo infiel às posições das Subcomissões e da Comissão de Organização dos Poderes, Aluizio Alves ressaltou que o substitutivo deve exprimir a opinião de Cabral, refletindo as tendências que possam ser vitoriosas.